

ABRAÇADO, J. & KENEDY, E. Individuação do objeto. In: ABRAÇADO, J. & KENEDY, E. (Org.). *Transitividade traço a traço*. Niterói: EdUFF, 2014, p. 171-189.

## **10. INDIVIDUAÇÃO DO OBJETO**

Jussara Abraçado

Eduardo Kenedy

Ao caracterizar a *transitividade*, a partir do entendimento intuitivo tradicional, como uma propriedade referente à transferência de uma ação de um participante para outro, Hopper e Thompson (1980) justificam a importância do traço componente *Indivuação do Objeto*, alegando que uma ação pode ser mais efetivamente transferida para um paciente individuado do que para um paciente não individuado; ou seja, na comparação entre (a) *Ele tomou a cerveja* e (b) *Ele tomou uma cerveja*, a interpretação de um paciente totalmente afetado (a cerveja ter sido tomada inteiramente) é bem mais provável em (a) do que em (b).

Conforme assinalam os autores, o traço componente *Indivuação do Objeto* diz respeito não apenas à distinção do paciente em relação ao agente, mas também à distinção desse participante em relação à sua própria classe. E, diferentemente dos demais, esse traço agrupa outros seis traços, que listamos no quadro a seguir.

**Quadro 11** – Traços pertinentes à Individuação do Objeto.

INDIVIDUADO	NÃO INDIVIDUADO
Próprio	Comum
Humano, animado	Inanimado
Concreto	Abstrato
Singular	Plural
Contável	Não contável

Referencial, definido	Não referencial
-----------------------	-----------------

Fonte: Hopper e Thompson (1980).

De acordo com o Quadro 11, um objeto (O) maximamente individuado é aquele em que o Sintagma Nominal (SN) que exerce a função de objeto tem como núcleo um nome próprio cujo referente é humano, animado/concreto/singular/contável/referencial/ definido. Em contrapartida, um O minimamente individuado é aquele em que o SN que exerce a função de objeto tem como núcleo um nome comum cujo referente é inanimado/abstrato/plural/ não contável/não referencial. Entre um extremo e outro, estão os casos em que se manifestam as possíveis combinações dos traços em questão. Entretanto, cada traço, internamente, possui peculiaridades e divisões (ou subcategorizações), conforme demonstraremos na seção seguinte.

### 10.1 TRAÇOS PERTINENTES À INDIVIDUAÇÃO DO OBJETO

Nesta seção vamos descrever brevemente os traços que compõem o traço componente *Individuação do Objeto*, perpassando por suas respectivas particularidades e subdivisões. Como será possível constatar, por intermédio de processos metonímicos e metafóricos, a natureza escalar da transitividade, postulada por Hopper e Thompson (1980), que se reproduz explicitamente no componente Individuação do Objeto, também se observa internamente nos traços próprio/comum; humano, animado/inanimado; concreto/abstrato; singular/plural; contável/não contável; referencial, definido/não referencial.

Não temos a intenção de nos aprofundar nas subdivisões, ou melhor, na gradiência existente no âmbito de cada traço, uma vez que nosso foco é o traço *Individuação do Objeto* que privilegia a combinação das características inerentes aos traços em questão.

Além do mais, como assevera Bybee (2010),

Dunas de areia têm regularidades aparentes de forma e estrutura, mas também apresentam variações consideráveis nas instâncias individuais, bem como gradiência e mudança ao longo do tempo.

Se quisermos alcançar a compreensão de fenômenos que são estruturados e variáveis, temos de olhar além das formas mutáveis de superfície para as forças que produzem os padrões observados. Língua(gem) também é um fenômeno que apresenta estrutura aparente e regularidade de padrões, enquanto que, ao mesmo tempo, mostra uma variação considerável em todos os níveis.

(BYBEE, 2010, p. 1)<sup>1</sup>

### Próprio/comum

A classe dos substantivos (ou dos nomes) abarca dois grupos muito distintos entre si: os comuns e os próprios. Os comuns têm seu estatuto categorial definido basicamente pelas funções de *denominação* e de *definição descritiva* do referente (NEVES, 2000). A primeira função, a de *denominação*, está na base da definição de substantivo, como “palavra que nomeia seres”, da gramática tradicional:

De fato, considerados independentemente de sua ocorrência no enunciado, os substantivos são nomes (designações) de entidades cognitivas e/ou culturais (como “homem”, “livro”, “inteligência”) que possuem certas propriedades caracterizadas no mundo extralinguístico. (NEVES, 2000, p. 68)

A função *definição descritiva do referente*, por sua vez, remete à característica própria dos substantivos comuns de descrever a classe à qual pertence seu referente e de alocar, em uma determinada classe, as entidades nomeadas (através da função de *denominação*).

Já os substantivos próprios, diferentemente dos comuns,

---

<sup>1</sup> Sand dunes have apparent regularities of shape and structure, yet they also exhibit considerable variation among individual instances, as well as gradience and change over time. If we want to gain understanding of phenomena that are both structured and variable, it is necessary to look beyond the mutable surface forms to the forces that produce the patterns observed. Language is also a phenomenon that exhibits apparent structure and regularity of patterning while at the same time showing considerable variation at all levels (BYBEE, 2010, p. 1)

[...] não são nomes que se aplicam, em geral, a qualquer elemento de uma classe. Fazendo designação individual dos elementos a que se referem, isto é, identificando um referente único com identidade distinta dos demais referentes, eles não evidenciam traços ou marcas de caracterização de uma classe, e não trazem, pois, uma descrição de seus referentes. (NEVES, 2000, p. 69)

Todavia, como já salientamos, os limites entre essas subcategorias não são rígidos: um substantivo, em princípio, comum, pode tornar-se um substantivo próprio (como ilustram muitos nomes e sobrenomes: *Rosa*, *Machado*, *Coelho*) e vice-versa, quando nomes próprios assumem funções características de substantivos comuns (*xerox*, *gilete*).

Humano, animado/inanimado

A classe dos substantivos constitui, na verdade, um sistema de subclasses. Assim sendo, um substantivo pode pertencer a uma determinada classe consoante as características que possuem. Os critérios mais comuns para definir as classes de substantivos nas diversas línguas do mundo são: seres vivos e inanimados;

racional e não racional; humano e não humano; humano, animal, outros (inanimados); macho e outros; macho humano e outros; masculino e feminino; masculino, feminino, neutro; forte e fraco; aumentativo e diminutivo.

Como se pode verificar, os quatro primeiros critérios são capturados pelo traço humano, animado/inanimado. Alguns estudiosos atribuem sua validade à diferença entre seres poderosos e não poderosos; ou seja, todos os seres vivos, particularmente os humanos, são seres animados e poderosos em relação aos demais.

Esse traço, que se insere numa subclassificação de natureza semântica, também apresenta gradiência. Nem sempre a oposição HUMANO, ANIMADO X INANIMADO se estabelece de forma inequívoca. Na sentença “A esposa velou *o corpo do falecido* durante toda a noite”, por exemplo,

a referida oposição fica comprometida, no que diz respeito ao O (*o corpo do falecido*).

#### Concreto/abstrato

A distinção entre concreto e abstrato “refere-se a dois modos de representar os conceitos denotados pelos substantivos: seres animados ou inanimados, reais ou criados pela imaginação, mas que “estão no mundo” como seres reconhecíveis pelos sentidos” (AZEREDO, 2008, p. 155). Sendo assim, além de “fruta”, “criança” e “estrela”, também podem ser concretos os substantivos que nomeiam divindades (“Deus”, “anjos”, “santos”) e os seres oriundos de fantasias (“fada”, “duende”, “lobisomem”), uma vez que, existentes ou não, são materializados e/ou possuem vida própria.

Em contrapartida,

[...] noções que denotam propriedades abstraídas dos seres concretos, e não estão sujeitas às distinções animado X inanimado, real X imaginário, são nomeadas por substantivos abstratos (*aspereza, justiça, ternura, ódio, perdão, alegria, leveza, peso, escuridão, temperatura, mistério, evidência, correria, queda, decepção, vitória*). Está claro, portanto, que a distinção é de natureza semântica, pois se refere à conceptualização do mundo. Os substantivos *aspereza, justiça, perdão* e *vitória*, por exemplo, não se referem a entidades que existem em si mesmas e por si mesmas, mas a noções abstraídas – por isso nomes abstratos – como propriedades ou atos dos seres: de algo que é áspero, de alguém que é justo, de alguém que perdoa, de alguém que vence. (AZEREDO, 2008, p. 156)

Cumprir destacar que é bastante frequente o emprego de substantivo concreto para designar uma entidade abstrata, como a utilização do termo “mão” significando ajuda. Substantivos abstratos também são utilizados para designar uma entidade concreta: é o que acontece quando utilizamos o termo “construção” para nos referirmos, por exemplo, a um prédio ou edifício.

### Singular/plural

A relação singular/plural corresponde à oposição entre as quantidades um (singular) e mais de um (plural),<sup>2</sup> como em “flor/flores”, “livro/livros”, “homem/homens”. Contudo, usualmente o plural ocorre com funções de natureza semântica que transcendem a de assinalar a quantidade, como em:

Ar/ares, terra/terras; mar/mares.

Impressão/impressões, visão/visões, alegria/alegrias.

Fogo/fogos (de artifício), prata/pratas (dinheiro), carne/carnes (vermelha, seca, de sol etc.)

No que diz respeito aos exemplos apresentados, podemos constatar que:

Na série “a” [...] – formada de designações de espaços indivisos – o plural serve para realçar a ideia de amplitude ou abundância [...]; na série “b”, por sua vez – formada por nomes abstratos em geral – o plural passa a denotar necessariamente algo concreto, passível de enumeração [...]. Na série “c”, por último – formada por nomes de substâncias ou matérias em geral – o plural faz uma referência a uma especialização de sentido ou a uma diversidade de tipos reunidos em um conjunto [...]. (AZEREDO, 2008, p. 164)

Para além disso, o plural também costuma ser empregado em referência à sucessão de atos que constituem a totalidade ou uma etapa de certos eventos, como em *festas* (juninas, de fim de ano), em *núpcias* (sempre usado no plural), *cumprimentos*, *palmas* etc.

---

<sup>2</sup> Existem outras formas de flexão gramatical de número, além do singular e plural. O dual, por exemplo, é uma flexão que indica um conjunto de dois. No português, existem raras reminiscências que provêm de palavras em latim que possuíam essa flexão. Um exemplo é o pronome indefinido “ambos(as)”. Outro exemplo é o fato de só os numerais “um” (singular) e “dois” (dual) poderem flexionar em gênero – “um/uma”; “dois/duas”. Também se pode perceber o sentido dual em “entre” e o plural em “dentre”. Há ainda outras flexões de número mais raras, como o trial, que se refere a um conjunto de três, e o paucal, que faz referência a um conjunto pequeno, porém com número impreciso de elementos.

### Contável/não contável

O traço contável/não contável se assenta numa subcategorização que separa, de um lado, os substantivos contáveis, que se referem a grandezas de natureza discreta, descontínua e heterogênea, sendo, portanto, suscetíveis à quantificação por meio de numerais; e, de outro, os substantivos não contáveis, que se referem a grandezas contínuas que não são suscetíveis de numeração.

No entanto,

Embora as categorias **contável** e **não contável** sejam explicadas como uma propriedade lexical – sendo **nomes** marcados no **léxico** com os traços **+contável/-contável** –, a ativação dessa propriedade só se faz, realmente, na função nominal de **referenciação**. Isso se observa nas seguintes ocorrências:

**Contável**                      um                      indivíduo

referenciado:

*Beth Faria tratou de arranjar um FRANGO de estimação.*

(FSP)                      um conjunto de indivíduos

referenciados:

*Já mostrara os galos, mostrou então os três FRANGOS.* (DE)

**Não contável** uma massa, ou

substância:

*Segundo especialistas em nutrição, a opção de usar FRANGO para a alimentação de peixes pode não ser boa.* (AGF) (Neves 2000, p. 82)

Em princípio, os substantivos não contáveis, diferentemente dos contáveis, não são suscetíveis à pluralização. Entretanto, como vimos na seção anterior, frequentemente o plural é utilizado com funções que transcendem àquela de assinalar a quantidade (“mais de um”). A pluralização, de substantivos subcategorizados como não contáveis (“dois cafés”, “duas águas” etc.), é bastante comum no Português do Brasil (PB).

Referencial, definido/não referencial

Referência é a relação existente entre “uma expressão linguística presente no discurso/texto – ex.: *este chapéu, meu chapéu, um chapéu de aba larga* – e um dado qualquer reconhecível numa situação concreta de comunicação” (AZEREDO, 2008, p. 204). Em outras palavras, um substantivo como *cão*, por si só, não faz referência a nada, denotando apenas a classe dos cães como um todo. Contudo, quando empregado numa situação concreta de comunicação, pode fazer referência a um elemento reconhecível e específico como, por exemplo, “*este cão, o cãozinho de orelhas bambas, o cão que era da tia Sofia e assim por diante*” (TRASK, 2004, p. 251).

A subcategorização dos substantivos em referencial, definido/não referencial, é um dos traços que, a nosso ver, mais contribuem para a Individuação do Objeto. Isto porque, além da especificação decorrente da referência, um substantivo pode ser ainda mais individuado se for também definido.

Chafe (1994) associa a noção de definitude à noção de identificabilidade, destacando sua natureza cognitiva e pragmático-discursiva: um referente é definido (identificável) quando o falante supõe que seu interlocutor é capaz de reconhecê-lo no universo do discurso criado durante a interação. De acordo com Nascimento (2008),

A definitude está no referente que deverá ser rastreado ao longo do discurso. No seu estudo aprofundado sobre a maneira como os falantes introduzem objetos no discurso e como os traçam através do discurso, Lyons (1999) menciona que, quando um objeto importante aparece pela primeira vez no discurso, o falante geralmente o introduz de forma descritiva, provendo assim a informação necessária ao ouvinte; posteriormente, o falante retorna o referente fazendo avançar a narrativa. O referente definido é o referente saliente naquele evento de fala, seja ele obtido por meio do discurso (referente anafórico), seja processado por meio de frames. Nesse caso, mesmo a primeira menção pode ser tratada como definida. (NASCIMENTO, 2008, p. 28)



Apesar de a oposição em tela ser, de um lado, referencial, definido e, de outro, indefinido, é importante destacar que para Givón (1984) a referencialidade e a definitude podem ser tratadas separadamente. Givón (1984) argumenta que “ser definido” não é o mesmo que “ter referência exata”. Com efeito, numa sentença como “Ambientalistas tentam salvar *a arara azul*”, temos um O definido, mas não referencial. Diferentemente, em “Ambientalistas tentam salvar *minha arara azul*”, temos um O definido e ao mesmo tempo referencial.

## 10.2 ATUAÇÃO DO TRAÇO INDIVIDUAÇÃO DO OBJETO EM LÍNGUAS DIVERSAS

Procurando comprovar: “(1) que a transitividade é uma relação crucial na linguagem, tendo um número de consequências universalmente previsíveis na gramática, e (2) que as propriedades que definem a transitividade são discursivamente determinadas”,<sup>3</sup> Hopper e Thompson (1980, p. 251) demonstram haver evidências favoráveis à sua hipótese em línguas diversas. No que se refere ao traço Individualização do Objeto, apresentam alguns exemplos nos quais seus traços constitutivos relacionam-se a reflexos morfossintáticos da propriedade da Transitividade.

Para efeito de ilustração, destacamos aqui alguns fenômenos, como o que se verifica no espanhol, língua que exhibe uma restrição extrema: o O marcado com A não pode ser meramente animado, precisa ser também humano (ou semelhante). Para além disso, precisa também ser referencial em oposição ao meramente definido (HOPPER; THOMPSON, 1980, p. 256):

- (1)  
Busco mi sombrero. (não humano)  
Busco **A** mi amigo. (humano)  
Celia quiere mirar un bailarín. (indefinido; não referencial)

---

<sup>3</sup> (1) Transitivity is a crucial relationship in language, having a number of universally predicable consequences in grammar, and (2) that defining properties of Transitivity are discourse-determined.

Celia quiere mirar **A** un bailarín (indefinido; referencial)

Casos semelhantes ocorrem em outras línguas. No hebreu moderno, por exemplo, um O indefinido não recebe a marca de objeto (permanecendo não marcado, como o SN sujeito), enquanto um O definido recebe a marca específica de objeto (et), além do artigo definido (HOPPER; THOMPSON, 1980, p. 256):

(2)

a) David natan matana larina  
deu presente para Rina  
David deu um presente para Rina

b) David natan **Et** há-matana larina deu Obj Def-  
presente para Rina  
David deu o presente para Rina.

Hopper e Thompson (1980) chamam ainda a atenção para os casos em que se observa o envolvimento da ordem dos constituintes. De acordo com os autores,

Pequenas diferenças na ordem de palavras mostram que o verbo e o O indefinido tendem à coalescência; os dois constituintes estão mais próximos de formar uma única unidade do que quando o O é definido. Esta situação se liga em maior ou menor extensão a um número de línguas Urálicas e Altaicas, como tem sido apontado por Bese, Dezsĕ & Gulya (1970:116) <sup>4</sup> (HOPPER; THOMPSON, 1980, p. 258).

Na língua húngara, por exemplo, é necessária a distinção, em termos de ordem de palavra, entre o O referencial e o O não referencial, sendo a este destinada a posição imediatamente antes do verbo (HOPPER; THOMPSON, 1980, p. 258):

(3)

---

<sup>4</sup> Slight differences in word order show that verb and indefinite O tend to coalesce; the two constituents are closer to forming a single unit than when the O is definite. This situation holds to a greater or lesser extent in a number of Uralic and Altaic languages, as has been pointed out by Bese, Dezsĕ & Gulya (1970:116).

a) Péter újságot olvas    jornal lê  
Peter está lendo um jornal

b) Péter olvas    egy    újságot  
lê    um    jornal  
Peter está lendo um jornal (específico)

Além do mais, nessa mesma língua, se o O é referencial e definido simultaneamente, passa a ser indexado ao verbo por meio de uma conjugação objetiva (HOPPER; THOMPSON, 1980, p. 258):

4)  
Péter olvassa                    az    újságot  
lê(OBJ)                    o    jornal  
Peter está lendo o jornal

Repare-se como a forma do verbo, quando o O é indefinido ou não referencial, é idêntica àquela quando não há O, ou seja, a conjugação subjetiva (HOPPER; THOMPSON, 1980, p. 258):

(5)  
a) A    szél    fúj.  
O vento sopra  
O vento está soprando (Está ventando)

b) A    szél    fújja                    a    levelet.  
O    vento sopra (OBJ)    a    folhagem  
O vento está soprando a folhagem

No que concerne ao português brasileiro (PB), Abraçado (2003), investigando a ordenação de constituintes no português coloquial, postula haver uma tendência que, refletindo a propriedade da Transitividade, favoreceria a ocorrência de SNs indefinidos/ não referenciais na posição pós-verbal, enquanto que, inversamente, a posição pós-verbal favoreceria as ocorrências de SNs definidos/referenciais.

Cavalcante (1997), por sua vez, considerando a possibilidade de cliticização de objetos diretos no (PB), diz o seguinte:

Quanto aos testes sintáticos, como o de serem os ODs substituíveis pelos clíticos *o(s)*, *a(s)*, sabemos que nem sempre se aplicam a todos os casos. Comprove-se:

*Ana tem dinheiro./? Ana o tem.;*

*Ela adora música popular./? Ela a adora.*

Não se questiona a validade dos complementos acima como Objetos Diretos, mas convenhamos que a cliticização correspondente é pelo menos estranha. Conforme demonstramos em outro estudo (CAVALCANTE, 1996) ao qual este trabalho dá continuidade, o uso desses clíticos pode estar vinculado ao traço de Individuação do Objeto Direto, mais um dos parâmetros de transitividade [...] apontados por Hopper e Thompson (1980). Quanto menos Individuado o Objeto, menos aceitável será o uso do clítico.

(CAVALCANTE, 1997, p. 16) Mais

adiante, acrescenta a autora:

A Individuação [...] pode ser avaliada pelas seguintes propriedades: nome próprio > humano, ou animado > concreto > singular > contável > referencial > definido. Essas propriedades juntas, ou a negação de algumas, e até de todas, é que determinam o grau de Individuação do Objeto Direto. Veja-se que “dinheiro” e “música popular” são nomes comuns, não animados, não contáveis e não definidos, portanto menos Individuados (CAVALCANTE, 1997, p. 16)

A autora ainda relaciona a Individuação do Objeto à realização linguística ou não desse complemento, ou seja, “quanto mais Individuado um complemento (e mais transitiva a oração), mais ele tende a realizar-se no enunciado” (CAVALCANTE, 1997, p. 16). Como se pode comprovar, os traços que constituem o componente Individuação do Objeto estão intimamente ligados a fenômenos morfológicos, sintáticos e semântico-pragmáticos. Neste capítulo, apoiando-nos no pressuposto básico que serve de suporte ao traço Individuação do Objeto – o pressuposto de que uma ação pode ser mais efetivamente transferida para um paciente

individuado do que para um paciente não individuado –, temos como proposta aferir a intuição do falante nativo do português brasileiro, no que se refere à influência do referido traço na transferência de uma ação.

### 10.3 TESTANDO HIPÓTESES

Seguindo o espírito desta obra, elaboramos um questionário *off-line* com o objetivo de testar a percepção dos participantes da tarefa sobre um conjunto de estímulos linguísticos que manifestavam traços de individuação de O que, segundo Hopper e Thompson (1980), influenciam a interpretação de uma sentença como mais ou menos transitiva. Especificamente, coletamos sentenças no site “globo.com”<sup>5</sup> e as manipulamos, criando um conjunto de sentenças que apresentavam um objeto ora como definido (por meio de artigo ou de numeral definidores), ora como indefinido (com artigo indefinido), ora como genérico (por meio de expressão nomeadora de classe).<sup>67</sup> A tarefa dos participantes foi a de classificar os objetos diretos presentes nessas sentenças conforme percebessem que O era mais ou menos afetado no evento descrito pelo predicado. Trata-se, portanto, de uma tarefa metalinguística de julgamento e classificação.

De acordo com o que vimos na revisão da literatura apresentada, a hipótese de Hopper e Thompson (1980) acerca da transitividade discursiva nos faz prever que O seja percebido como [mais afetado] nas condições em que seja apresentado como definido ou individuado; por contraste, será percebido como [menos afetado] o O apresentado como indefinido ou genérico. Portanto, as previsões que procuramos verificar no teste são naturalmente derivadas dos postulados de Hopper e Thompson (1980). O que pretendemos fazer especialmente foi verificar em que medida a percepção linguística das pessoas comuns corresponde ao que prevê o pressuposto linguístico em tela.

<sup>5</sup> Disponível em <<http://g1.globo.com/>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

<sup>6</sup> A título de exemplificação, apresentamos o seguinte grupo de sentenças, em que constitui a sentença original, coletada do referido site, a sentença destacada em negrito:

<sup>7</sup> **Ataques matam mais de 70 em meio a manifestações na Síria**. “Ataques matam um homem que gritava em meio a manifestações na Síria”. “Ataques matam o homem que gritava em meio a manifestações na Síria”.

### **Variáveis e condições**

O teste aplicado é, na verdade, muito simples e apresenta somente uma variável independente: a individuação do objeto. Na manipulação dessa variável, configuramos três condições experimentais, que se distinguem conforme a individuação do objeto, tal qual ilustrado a seguir.

(6) Condição: SN definido – mais individuado, afetação total de O

Ex. Em São Paulo, projeto ambiental ajuda a preservar a palmeira juçara.

(7) Condição: SN genérico – menos individuado, afetação moderada de O

Ex. Em São Paulo, projeto ambiental ajuda a preservar palmeiras.

(8) Condição: SN indefinido – não individuado, com afetação mínima de O

Em São Paulo, projeto ambiental ajuda a preservar uma palmeira juçara.

Como se vê em (6), a presença de um artigo definido faz com que o SN em O seja inserido na condição em que sua afetação no evento descrito pelo predicado seja a maior possível. Já a ocorrência de um artigo indefinido, como em (8), faz com que a afetação de O seja classificada como mínima, ao passo que uma expressão genérica, como em (7), leva à identificação da afetação do objeto como moderada, isto é, a meio caminho entre a afetação máxima e a afetação mínima.

A variável dependente selecionada no teste é a classificação conferida pelos sujeitos, numa das três condições experimentais, a cada uma das sentenças-estímulo.

### **Participantes**

Participaram do teste 20 sujeitos, todos alunos do primeiro período do curso de Letras da Universidade Federal Fluminense. Desse total, participaram 9 sujeitos homens e 11 mulheres, com idade média de 22 anos. Todos frequentavam um curso superior pela primeira vez e todos também declararam residir na região metropolitana do Rio de Janeiro (São Gonçalo, Niterói e Rio de Janeiro) desde o nascimento.

Deve-se destacar que o questionário foi aplicado no início do semestre, pelo aluno de graduação e bolsista de iniciação científica Flávio Benayon (PIBIC/UFF).

### **Materiais**

O questionário da tarefa apresentava a cada participante o total de 45 sentenças. Dessas, 15 eram sentenças experimentais, que realizavam 5 exposições de cada uma das 3 condições do teste. As demais 30 sentenças funcionavam como distratoras, isto é, 2/3 dos estímulos do experimento não apresentavam informações relativas à individuação do objeto e, assim, destacavam na sentença informações aleatórias. O objetivo dessas distratoras foi o de evitar que os participantes percebessem conscientemente o tipo de estrutura linguística manipulada no questionário e, assim, produzissem algum tipo de comportamento mais artificial que pudesse comprometer os resultados.

Como a distribuição das condições entre os participantes seguiu o modelo *dentre-sujeitos* e, dessa forma, todos os participantes foram expostos aos mesmos *tokens* de cada condição, as sentenças distratoras também apresentavam três versões de um estímulo linguístico. A diferença é que, enquanto nas sentenças experimentais essas três versões caracterizavam cada uma das condições experimentais e, portanto, focalizavam a individuação do objeto, nas distratoras as três versões de um dado estímulo focalizavam outros tipos de informação na sentença, como o verbo, o sujeito e modificadores (mas nunca o objeto). Tal desenho fez com que a distribuição das sentenças experimentais e das distratoras fosse idêntica, dificultando a percepção do objeto e dos objetivos do teste.

Uma dentre as três versões de cada sentença experimental e distratora foi retirada de materiais publicados em jornal *online* de grande circulação no Rio de Janeiro. As demais, como já mencionado, foram manipulações, feitas por nós, de modo a ajustar os *tokens* de cada sentença às condições experimentais que interessam a este estudo.

### Procedimentos

Os testes foram aplicados individualmente, na sala 420-C do Instituto de Letras (UFF). Cada participante recebeu instruções individuais oralmente e por escrito, as quais o orientavam a participar adequadamente do teste. Os sujeitos foram instruídos a identificar se o constituinte destacado em negrito numa sentença poderia ser classificado como A) [afetação total], B) [nenhuma afetação] ou C) [afetação moderada]. Durante as instruções passadas aos participantes, o termo técnico “afetação” foi substituído intencionalmente por expressões e perissentenças que, na prática, mas de forma dissimulada, buscavam verificar se a individuação do objeto alterava a percepção como mais ou menos afetado pelo evento descrito pelo predicado.

O questionário foi apresentado em folha de papel, com distribuição do tipo “paisagem”, diagramado em quatro colunas. Na primeira coluna foi apresentada a sentença a ser analisada e nas demais foram apresentados espaços que deveriam ser marcados com “X”, conforme a percepção do participante, de acordo com o exemplo que se segue.

**Quadro 12** – Exemplo de apresentação de estímulo no questionário do teste

SENTENÇA	AFETAÇÃO TOTAL	AFETAÇÃO MODERADA	NENHUMA AFETAÇÃO
Em São Paulo, projeto ambiental ajuda a preservar a <b>palmeira juçara</b> .			

Nesse exemplo, considerando-se a previsão decorrente do modelo de Hopper e Thompson (1980), esperávamos que o participante marcasse com “X” a opção da primeira coluna (afetação total), já que o objeto destacado em negrito foi apresentado como definido, com máxima individuação.

Cada participante concluiu sua participação no experimento com a média de 15 minutos e, em entrevista posterior com o experimentador, relatou suas impressões sobre o teste. Em nenhum caso foi detectado problema com o desenho do experimento. Durante a realização do teste, os participantes permaneceram sozinhos na sala.



## Resultados

Ao analisarmos a média das respostas dos participantes, notamos que as condições [afetação total] e [afetação moderada] foram percebidas de maneira idêntica. Nas condições com SN definido, 43% dos julgamentos identificaram no objeto a [afetação total], enquanto 42% identificaram [afetação moderada]. Nas condições com SN indefinido, 41% dos julgamentos identificaram a condição como [afetação total], enquanto 38% a identificaram como [afetação moderada]. A situação só se torna um tanto diferente quando SNs genéricos são apresentados aos sujeitos. Nesse caso, 45% dos julgamentos identificam esses tipos de SN como [afetação total], mas somente 26% dos julgamentos os classificaram como [afetação moderada].

Na prática, o que se verificou é que a percepção da condição [afetação total] não é diferente da [afetação moderada] em termos significativos, mas, por outro lado, essas duas condições recebem julgamentos muito diferentes da condição [nenhuma afetação]. Com efeito, SNs indefinidos receberam somente 21% de julgamentos [nenhuma afetação]. Isso quer dizer que, numa primeira análise de resultados, os julgamentos emitidos pelos sujeitos parecem não coincidir exatamente com as previsões naturalmente derivadas de Hopper e Thompson (1980) e tampouco correspondem às hipóteses do experimento. As razões para essa aparente falta de correspondência robusta são discutidas na próxima seção.

## Discussão

A primeira interpretação que se pode fazer ao analisarmos os resultados do teste é perceber que os participantes analisaram os estímulos experimentais como se eles se distribuíssem em somente duas condições: [mais afetação] VS. [menos afetação]. Dizemos isso porque, como vimos, a percepção da condição [afetação total] foi idêntica à da condição [afetação moderada], por contraste à condição [nenhuma afetação]. Se reanalisarmos os resultados percentuais das respostas, considerando-se apenas tal oposição binária, chegaremos ao seguinte cenário: 59% dos SNs definidos ou genéricos são identificados como [mais afetados] e 57% dos SNs indefinidos são classificados como [menos afetados].

Esse resultado, por um lado, parece ser mais significativo em favor das hipóteses da pesquisa, mas, por outro lado, levanta o problema da razão para a falta de correspondência mais substantiva (acima do nível da chance) entre as condições do experimento (com a individuação do objeto) e o julgamento dos sujeitos (com a classificação da maior ou menor afetação de O). Afinal, que variável não controlada no desenho do teste poderia estar presente nos estímulos a ponto de ter produzido esse comportamento? Consideramos que essa variável tenha relação com as características individuais dos verbos que foram selecionados como predicadores nas sentenças experimentais, senão vejamos.

Cinco verbos compuseram cada exposição das três condições experimentais do teste: *apreender*, *encontrar*, *matar*, *prender* e *preservar*. A escolha desses itens foi aleatória, tanto quanto o foi a escolha dos verbos nas sentenças distratoras – o único aspecto linguístico sob controle fora a individuação do objeto, com a definição, a indefinição ou a genericidade do SN na posição de O. O que percebemos foi que a percepção da afetação do objeto decorreu, muitas vezes, da natureza do verbo da sentença. Por exemplo, o verbo “matar” apresentou julgamentos categóricos para seu objeto, que sempre foi classificado pelos participantes com [afetação total], qualquer que fosse a individuação de seu respectivo objeto ao longo das três condições experimentais. Ora, de fato “matar” possui em si mesmo um traço inerente capaz de afetar seu objeto independentemente da configuração sintática desse SN, se definido, indefinido ou genérico.

O mesmo padrão foi encontrado, de maneira não categórica, mas ainda com percentuais muito elevados, para os verbos “aprender” e “prender”, com cerca 80% de julgamentos [mais afetados], independente da configuração mais ou menos individuada de O. Consideramos que ambos os verbos possuem um componente semântico que é em si responsável pela afetação do objeto – que é de alguma forma “confiscado” por um agente – e não depende dos traços de sua individuação.

Apenas os verbos “encontrar” e “preservar” apresentaram efeito principal da variável individuação. No caso, o percentual de classificação dos respectivos objetos desses verbos variava significativamente de acordo com o traço de individuação conferido a O. Assim, os objetos de

“encontrar” e “preservar”, foram considerados [mais afetados] em 85% das vezes em que apareciam na condição manipulada como SN definido ou genérico. Por contraste, esses objetos foram percebidos como apresentando comportamento inverso, aproximando-se de 80% de julgamentos [menos afetados] quando apareciam na condição manipulada como SN indefinido.

#### **10.4 CONCLUSÃO**

O que podemos concluir com essa análise de resultados é que as previsões de Hopper e Thompson (1980) parecem ter sido confirmadas no teste somente quando os verbos manipulados nas condições experimentais não possuem em si algum componente lexicalmente determinado que imponha a interpretação [mais afetado] a O – de maneira independente à sua individuação. Tal foi o caso dos verbos “encontrar” e “preservar”. Já no que diz respeito aos demais verbos do teste, vimos ter ocorrido um efeito *top-down* decorrente da natureza semântica do item. Dessa forma, itens verbais que, já no léxico (*top*), possuem um componente semântico de afetação de seu objeto, projetam essa interpretação para os outros componentes (*down*) da língua, como a sintaxe e a semântica/pragmática. Isso talvez queira dizer que o traço de individuação do objeto, tal como proposto por Hopper e Thompson (1980), seja extremamente sensível à natureza do item verbal que funciona como predicador numa determinada estrutura linguística.